



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

07/06/2022 – ELEIÇÕES 2022

Futuro sustentável depende da economia de baixo carbono

Estratégias da indústria para o tema envolvem quatro pilares: transição energética, mercado de carbono, economia circular e conservação florestal

Orientada por tecnologias limpas e processos de produção mais eficientes, a economia de baixo carbono é essencial para alavancar o desenvolvimento sustentável do país e tornar as empresas mais competitivas no mercado nacional e internacional. A indústria tem sido uma grande aliada no desafio de promover investimentos verdes e deve ser considerada parte da solução, já que tem atuado para acelerar a implementação de programas e tecnologias capazes de fazer o país avançar em direção às metas de redução dos gases que causam o efeito estufa (GEE) estabelecidas na esfera do Acordo de Paris.

Para contribuir ainda mais com essa agenda, a [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) elaborou o estudo *A Economia de Baixo Carbono: Para um Futuro Sustentável*, que faz parte das [Propostas da Indústria para as Eleições 2022](#), entregues aos pré-candidatos à Presidência da República. As ações se sustentam em quatro pilares: transição energética, mercado de carbono, economia circular e conservação florestal.

Com essa estratégia, o setor busca aproveitar as vantagens comparativas e a potencialidade do país para desenvolver e incentivar a adoção de fontes alternativas de energia limpa, a circularidade e a eficiência no uso de recursos naturais, gerando modelos de negócios menos dependentes de matéria-prima virgem, o fomento a cadeias produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade e das florestas e o estabelecimento de um mercado de carbono.

“A economia de baixo carbono tem potencial para alterar cadeias globais de valor e movimentar recursos financeiros e produtivos, aumentando a competitividade de segmentos econômicos que geram emprego e renda. E a indústria, como parte relevante de uma agenda positiva de retomada do desenvolvimento econômico sustentável no país, é capaz de impulsionar um ciclo virtuoso rumo à economia de baixo carbono”, destaca Davi Bomtempo, gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI. “Com nossas propostas, chamamos atenção para a necessidade de acelerar o ritmo dos aprimoramentos regulatórios e estruturais necessários ao fortalecimento da indústria nacional, baseado nas potencialidades de que o país dispõe”, completa.

Novas fontes de energia limpa e precificação do carbono

O Brasil já se destaca pela grande participação de fontes renováveis na matriz energética. Em 2020, 48% da matriz energética brasileira foram provenientes de fontes renováveis - enquanto nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o percentual é de 11%. Se considerarmos apenas a matriz elétrica, as fontes renováveis representaram 84,8%.

Entre as sugestões da indústria para impulsionar a economia de baixo carbono estão a expansão dos biocombustíveis, por meio do fortalecimento da política nacional sobre o tema; incentivos adequados para tornar o consumo energético mais eficiente; implantação de parques para geração de energia eólica em



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

alto mar (*offshore*); e a regulamentação do mercado de hidrogênio, que tem potencial de acelerar a neutralidade climática até 2050, por ser uma tecnologia que reduz em até 90% as emissões de CO₂.

Iniciativas que envolvem a consolidação do mercado de carbono regulado, no modelo de Sistema de Comércio de Emissões (SCE), é outro eixo defendido pela indústria. A estratégia está cada vez mais presente nas ações de governos para incentivar a redução das emissões de GEE e atingir as metas do Acordo de Paris, que definiu o compromisso de manter o aumento de temperatura média global bem abaixo de 2°C e limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

“A indústria entende que o estabelecimento de um mercado de carbono é de extrema relevância. Se bem operado, a partir de uma estrutura robusta de governança, poderá estimular novos negócios e investimentos, gerar empregos ‘verdes’, além de promover transferência de tecnologias”, destaca Bomtempo.

Floresta em pé e uso circular dos recursos naturais ao longo da cadeia produtiva

A economia circular é um dos principais caminhos para a consolidação de uma economia de baixo carbono no país e seus princípios já fazem parte do DNA do setor industrial. Esse sistema se contrapõe à lógica linear “extrair-produzir-consumir-descartar”, fazendo melhor uso do recurso natural ao longo de toda a cadeia de valor. Pesquisa realizada pela CNI em 2019 mostra que 76,5% das empresas desenvolvem alguma iniciativa de economia circular e entre as principais práticas citadas estão a otimização de processos produtivos (56,5%), o uso de insumos circulares, ou seja, que usam matérias-primas reaproveitadas (37,1%), e a recuperação de recursos (24,1%).

Entretanto, ao contrário de países que já avançaram no desenvolvimento de estratégias nacionais de economia circular, o Brasil ainda não estruturou essa agenda no país. Tendo em vista esse cenário, as propostas do setor para o tema compreendem a instituição de uma política nacional capaz de promover a gestão estratégica dos recursos naturais e pavimentar o caminho de transição para a economia circular, medidas que favoreçam o sistema de logística reversa de resíduos e a inclusão de requisitos de sustentabilidade no processo de compras públicas.

O quarto pilar contempla ações voltadas à conservação florestal, questão relevante em função das altas taxas de desmatamento ilegal e do grande potencial de uso sustentável da biodiversidade brasileira. Uma das principais sugestões da indústria nesse eixo trata do desenvolvimento da bioeconomia, levando em conta as vantagens comparativas que o Brasil detém nessa área. Com 20% da biodiversidade do planeta, o país se posiciona em primeiro lugar entre os 17 países megadiversos (grupo de países que abrigam a maioria das espécies da Terra e são, portanto, considerado extremamente biodiversos). Tal vantagem pode produzir valor econômico, já que metade do PIB mundial é altamente dependente da natureza e dos serviços que ela presta.

Confira os quatro pilares e as respectivas recomendações que o estudo *A Economia de Baixo Carbono: Para um Futuro Sustentável* apresenta aos candidatos:

Transição Energética

1. Fortalecer a Política Nacional de Biocombustíveis;



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

2. Articular maior direcionamento dos recursos dos programas de eficiência energética existentes no país para a indústria;
3. Instituir um marco regulatório que traga mais segurança jurídica para a geração de energia eólica offshore;
4. Incentivar o uso do hidrogênio e apoiar a regulamentação do mercado de Captura e Armazenamento de Carbono (CCS);
5. ampliar a recuperação energética a partir de resíduos sólido urbanos (RSU).

Mercado de Carbono

6. Consolidar um mercado interno regulado, no modelo de Sistema de Comércio de Emissões;
7. Ampliar a participação do Brasil no mercado internacional de carbono
8. Criar uma estrutura de governança transparente e um sistema robusto de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) para o setor produtivo nacional.

Economia Circular

9. Instituir uma Política Nacional de Economia Circular;
10. Construir ferramenta para mensurar as empresas brasileiras em relação às melhores práticas, organizando uma base de dados nacional de economia circular;
11. Simplificar e desburocratizar a logística reversa;
12. Apoiar a incorporação de requisitos de sustentabilidade nas compras públicas.

Conservação Florestal

13. Fortalecer a gestão de florestas públicas;
14. Expandir a bioeconomia no Brasil;
15. Apoiar o uso sustentável dos recursos da biodiversidade; e,
16. Implementar os instrumentos previstos no Código Florestal e acelerar o processo de regularização fundiária.

Atendimento à Imprensa

(61) 3317-9406 / 9578

imprensa@cni.com.br



/cni brasil



@CNI_br



@cni br



/cni web



/cni web



/cni web



noticias.portaldaindustria.com.br